



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – Ata da 97ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental Noroeste de Minas. Realizada em 28/02/2019 (vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezenove), às treze horas e trinta minuto, na Câmara Municipal de Unaí – MG.

Aos vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, na Câmara Municipal de Unaí – Avenida Governador Valadares, nº 594 – Bairro Centro, Unaí/MG, realizou-se a Nonagésima Sétima Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Estiveram presentes os seguintes membros: O Presidente Suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); Representantes do Poder Público: Álvaro de Moura Goulart – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA; Benigno Antônio Oliva Santos – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES; Adelson Joaquim de Moraes – Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional - SECIR; Hélio da Silva Mota – Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - SETOP; Cabo PM Jefferson Geraldo Ferreira Lima – Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG; Alisson Carlos Cembranel – Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG; Franciele Nascimento Oliveira – Comitê de Bacia Hidrográfica - Paracatu MG SF7; Representantes da Sociedade Civil: Domingos Santana Guimarães – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG; Ricardo Rodrigues de Almeida - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG; Adeilsa Maria Bonfim – Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG; Vanessa Miriany Alves Luiz – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais - FEDERAMINAS; Alécio Faria Oliveira – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA/MG; Altegnio Batista Dornellas – Associação de Proteção Ambiental Unaí - APA; Marcos Souza Guimarães – Movimento Verde de Paracatu - MOVER; Thiago Diógenes Cardoso Rocha – Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais – SIAMIG; Hermes Soares da Rocha – Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM; Francisco Pinto da Silva – Conselho Municipal de Meio Ambiente - CODEMA. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO. Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Bom dia a todos! Declaro aberta nossa 97ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas Gerais do Conselho de Política Ambiental, dia 28 de fevereiro de 2019 às 13h37min. Primeiro nosso item à nossa pauta, por favor Conselheiros, de pé para a execução do Hino Nacional. **2) ABERTURA. Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Boa tarde novamente, para aqueles que não me conhecem, meu nome é Yuri, eu sou o Diretor de Controle Processual lá da Supram Norte, colega do Rodrigo. É... minha formação, eu sou Advogado, estou desde 2006 no órgão ambiental, eu vou ler para os senhores um memorando aqui para a indicação da presidência. Memorando SEMAD SUGER 15/2019. “Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade do comparecimento do titular e o 1º suplente representantes da SEMAD, junto à Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas – URC NOR, conforme composição estabelecida pela deliberação COPAM 1001/2016, indico o Senhor Yuri Rafael de Oliveira Trovão, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para presidir a 97ª Reunião



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas, que será realizada no dia 28 de fevereiro de 2019, às 13h30 no município de Unaí, Minas Gerais. Atenciosamente, Diogo Soares de Melo Franco, Subsecretário de Gestão Regional da SEMAD e Presidente da URC Norte, aqui como Secretário Norte de Minas, mas na realidade, Noroeste de Minas.” Eu solicito a secretaria que coloque esse memorando dentro de todos os processos. Senhores Conselheiros, somente para alinharmos alguns procedimentos, porque vocês estão... às vezes a troca de presidente, troca algum procedimento específico. Seguiremos aquilo que está na deliberação normativa COPAM 177. Vamos ler a pauta por inteiro, aqueles que têm, os Conselheiros que têm algum Destaque a ser feito no ponto de pauta, por favor se manifeste levantando a mão. Já peço desculpa aos senhores, porque aqui pela disposição das cadeiras, eu não consigo ver todos aqui, caso levantem a mão, então, levantem a mão, chamem no microfone que eu faço o Destaque. Eu vi aqui rapidamente que para quase todos os itens que nós colocamos, que tem aqui pautado, tem um Destaque do público. Então para aqueles itens que não houver Destaque do conselho, eu vou questionar ao público se quer, se permanece com Destaque. Não havendo Destaque em nenhum ponto, colocaremos em bloco, os processos em votação em bloco, ok? Algum questionamento em relação ao nosso procedimento? Em relação às manifestações, vou abrir primeiro a palavra aos senhores Conselheiros, após, se não houver debate e necessitando eu levo a palavra aos empreendedores e aos seus representantes e por último, para a equipe da SUPRAM, e depois eu retorno para os senhores, havendo dúvida, alguma coisa a gente pode tratar. Pois não Conselheiro? O senhor desligou. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Meu nome é Ricardo Almeida, eu represento a FAEMG. Eu não compreendi muito bem, eu pediria ao senhor para poder me ajudar no esclarecimento, ao fazer a leitura da pauta, já será pedido de pronto o Destaque? **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Sim, senhor. Isso, isso. No momento que eu estiver fazendo a leitura, 6.1 – Agropecuária Rio Pardo, se o senhor tiver algum Destaque em relação a esse ponto, o senhor só me levanta a mão e eu faço a marcação aqui que o senhor tem Destaque nesse ponto. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Compreendido, muito obrigado. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok. Alguma dúvida? Em relação também, se caso queiram se manifestar os presentes, se houver alguma dúvida na condução que eu coloquei... Não há? **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais. Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Passaremos então para o item 3 da nossa pauta - Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais. Senhores Conselheiros que quiserem fazer o uso da palavra. Não havendo... Desculpa, alguém levantou a mão e eu não vi? Não havendo manifestação dos Conselheiros, passamos para o item... Desculpa Conselheiro, pois não. **Domingos Santana - FIEMG** – Independente, Presidente, do pronunciamento, eu queria colocar a posição da FIEMG em relação aos processos, para que eu não venha solicitar algum Destaque em todos os processos, que é um posicionamento da FIEMG em relação aos processos. Então eu queria, que já foi colocado aqui na penúltima reunião, eu não estive na última, e só ressaltando que a FIEMG coloca que mesmo estando em conformidade com os pareceres da SUPRAM, ela ressalva que deve ser assegurado o direito de requerer a conversão dos 50% da multa em medidas de controles ambientais nos termos do artigo 63, do decreto 44.844/2008. E também, voltamos a salientar a questão da correção do valor da multa, naquela condição, o entendimento do crédito se torna exigível e a correção só poderia ser realizada de acordo com a tabela da Corregedoria Geral da Justiça de Minas Gerais. Então a tabela deve ser aplicada como índice de correção a partir da definição do valor da multa até o vigésimo dia, após a decisão administrativa definitiva, e também colocando sobre a questão novamente da taxa Selic, que deve ter a sua aplicação a partir do vigésimo primeiro dia após a decisão administrativa definitiva. Independente de Destaque ou



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

89 Vistas dos outros Conselheiros, eu queria deixar registrado esse posicionamento FIEMG
90 para todos os processos. **Francisco Silva - CODEMA** – Pela ordem aqui, Presidente. **Yuri**
91 **Rafael de Oliveira - Presidente** – Pois não. **Francisco Silva - CODEMA** – Eu gostaria de
92 fazer um convite aos meus colegas Conselheiros e Conselheiras, de um evento que
93 acontecerá agora dia 12 de março, em Bonfinópolis de Minas, que é o Seminário de Gestão
94 Integrada e Segurança Hídrica de Bacias Hidrográficas do Médio Urucuia e Paracatu. Então
95 estendo aí o convite aos senhores e as senhoras, acontecerá em Bonfinópolis de Minas, é
96 uma iniciativa da Prefeitura de Bonfinópolis e demais órgão públicos e instituições voltadas
97 aí pela questão ambiental. Começa às 08h30min com o credenciamento, depois nós teremos
98 uma mesa de alógica e mais duas palestras temáticas e também, mais uma mesa de alógica,
99 encerrando às 17h30min. Portanto, entendo aí esse convite desse evento que será muito
100 importante aqui para nossa região, muito obrigado. **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Gostaria
101 só de endossar e ratificar aí a adesão da SIAMIG à manifestação da FIEMG, quanto a
102 aplicação da taxa Selic, por ser um crédito de natureza não tributária, ela só se torna exigível
103 a partir do momento que o crédito pode ser inscrito na dívida ativa, ou seja, naquele
104 momento em que não cabe mais nenhum recurso na esfera administrativa. Então até esta
105 fase, entendemos também que deve ser aplicada a tabela de correção do Tribunal de Justiça.
106 Então, a partir da inscrição da dívida ativa, da possibilidade de fazê-lo, que se aplicará a
107 Selic. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Conversando com a Renata aqui, ela até falou
108 que já foi assunto de debate aqui, eu também já presidi uma reunião, estive presente em uma
109 reunião da CNR, inclusive já com a manifestação da AGE, então nós aplicamos aquilo que é
110 determinado pela AGE. Mais algum Conselheiro quer fazer uso da palavra? Não havendo.
111 **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – passamos para o item 4 da nossa pauta – Exame da
112 Ata da 96ª Reunião Ordinária de 13/12/2018. Senhores Conselheiros, alguma observação a
113 ser feita? **Thiago Diógenes - SIAMIG** – É... **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ah
114 desculpa, desculpa Conselheiro. Cleibson me chamou a atenção aqui que tinha uma escrita
115 no item 3. Ivonete, por favor Ivonete. Ivonete, você me desculpa, passei aqui direto aqui. A
116 senhora tem 05 minutos. **Ivonete - AMNOR** – Boa tarde Senhor Presidente, Senhor Yuri,
117 Presidente da COPAM, boa tarde senhores Conselheiros! Primeiro eu quero dizer que é uma
118 honra estar aqui participando dessa reunião. Agradecer ao Cleibson pelo convite de
119 participar da reunião. Eu sou Ivonete, eu sou Superintendente Administrativa da AMNOR –
120 Associação dos Municípios do Noroeste de Minas, boa tarde ao plenário também! Quando
121 eu fui convidada para participar, eu também sou membro do Comitê de Bacias Hidrográficas
122 de Paracatu, tanto do Urucuia e nesse momento eu gostaria de informar a todos os
123 Conselheiros e convidá-los para participar das audiências públicas sobre os planos de
124 saneamento que nós estamos elaborando e trabalhando com todos os municípios que
125 compõem a AMNOR. São 19 municípios no Noroeste de Minas, então aqui, inclusive em
126 Unaí não tinha esse plano e nós estamos trabalhando aqui afincamente para que tenhamos o
127 resultado, produto final dele, tanto de resíduos sólidos, quanto de saneamento. Então a gente
128 queria convidar a comunidade para que de pronto participe conosco das audiências que estão
129 acontecendo aqui, inclusive, a audiência final vai acontecer no dia 22 de março, aqui em
130 Unaí, já também como uma homenagem ao Dia da Água, que é no próximo dia 23. E
131 também gostaria de reafirmar o convite que o nosso presidente do Comitê Urucuia,
132 Francisco fez em relação ao seminário das águas que nós vamos, com o apoio da Prefeitura
133 realizar lá, com várias parcerias, inclusive com a presença da Secretaria de Estado. Então eu
134 queria reafirmar este convite para todos e em relação aos planos, dizer da importância de
135 todos os Conselheiros participarem, porque assim existem muitos gargalos na
136 implementação desse plano, inclusive em relação aos grandes empreendimentos, da questão



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

da logística reversa, da destinação final dos resíduos, da coleta seletiva do lixo, da responsabilidade da água, tanto da manutenção, no que tange o SAAE, a COPASA, então em função de tudo isso seria extremamente importante que os Conselheiros pudessem acompanhar esse momento, tá bom? Eu agradeço a oportunidade, boa tarde de trabalho a todos. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Obrigado Ivonete. **4. Exame da Ata da 96ª RO de 13/12/2018. Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Item 4 da nossa pauta - Exame da Ata da 96ª em discursão. Não havendo reparos a ser feitos, coloco em votação. Senhores Conselheiros, aquele que estiverem de acordo... **Domingos Santana - FIEMG** – Eu quero me abster porque eu não estava presente na última reunião. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Também me abstenho, também por ausência na reunião passada. **Hélio Mota - SETOP** – Gostaria de me abster também em função de ausência. **Cabo Jefferson Geraldo - PMMG** – Também me abster em virtude de ausência. **Adelson Joaquim - SECIR** – Também me abstenho porque não participei da reunião passada. **Álvaro Goulart - SEAPA** – Boa tarde a todos. Na linha 86 aí, não sei se é 86 ou 89, está FAL, F-A-L é F-A-O, uma pequena correçãozinha, mas é um órgão, uma instituição importante, federação aí da alimentação, órgão ligado à ONU, mas está com F-A-L, eu acho que é com O. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok. Mais alguma observação? Então senhores Conselheiros, coloco em votação, àqueles que estiverem de acordo com a correção sugerida pelo Conselheiro, permaneçam como estão. Aprovada com as abstenções já faladas. Passamos para o item 5 da nossa pauta - Informações Sobre o Desastre da Barragem B1 (Mina Córrego do Feijão). Apresentação: Supram Noroeste, acho que é o Ricardo, né Ricardo? Pois não Ricardo. **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – Boa tarde a todos, meu nome é Ricardo, eu sou o atual Diretor de Regularização Ambiental da SUPRAM Noroeste. Vou fazer essa apresentação para os senhores, essa apresentação, é uma apresentação padrão da SEMAD, está passando em todas as reuniões das URCs e dos conselhos do COPAM, sobre o licenciamento ambiental específico e o desastre em Brumadinho. O licenciamento ambiental em Minas Gerais. Os empreendimentos, eles são classificados em Minas Gerais de acordo atualmente com a DN 217/2017 e o decreto 47.383, e a classe vai de 01 a 06. É uma conjugação de porte e potencial poluidor degradador do empreendimento. Então, o empreendimento, ele pode ter um porte pequeno, médio e grande, aí é de acordo com área, volume, produção e outros itens de acordo com a DN, e o potencial poluidor degradador do empreendimento também, ele pode ser pequeno, médio e grande. Então aqui tem essa matriz, ela não tem nada a ver com o risco, aqui nós não tratamos risco ambiental, nós conjugamos aqui o porte do empreendimento com o potencial poluidor, sobre o ar, a água e o solo. Então, é a capacidade dessa atividade causar dano ao ar, à água e ao solo, então ele pode ser pequeno, médio e grande. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Fala daqui e a gente desce, fala daqui de cima, não fica de costas para o pessoal não, é uma posição ruim para mim. **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – Realmente aqui fica melhor, que eu estou sempre de costas para as pessoas. Na DN 217, diferente da DN 74, ela leva em consideração também o critério locacional, além do porte, potencial poluidor degradador, também a questão do local onde está instalado esse empreendimento, as peculiaridades desse local. Bem como, a modalidade do licenciamento, licenciamento trifásico, LAC 1, LAC 2. Essas são as inovações da DN 217 em relação a DN 274, apesar que a questão da concomitância do LAC, a própria DN já trazia uma prerrogativa desde a resolução CONAMA 237, a questão da concomitância, era também previsto na DN 74, então os empreendimentos, nós classificamos os empreendimentos: 1, 2, 3, 4, 5, 6. Jogamos nessa matriz aqui e a gente vai ver qual o tipo de estudo, qual a classe em que ele se enquadra, o tipo de estudo e a modalidade de licenciamento que vai ser. Então o empreendimento classe



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1, 2, 3, ele sem o critério locacional, ele vai sair de um LAS/CADASTRO até um LAS/RAS, que é um relatório ambiental simplificado. Um empreendimento com classe 1, com critério locacional 1, ele sai de um LAS/CADASTRO, passa classe 2 LAS/RAS, se for 3 é um LAC 1 que aí é a concomitância, são as três fases em um único processo, LAC 2 podendo ser LP, LI e posteriormente LO, ou LP e posteriormente a LIO, LI e LO, o mesmo caso do classe 5. Agora, o classe 6 aqui, ele já é LAT, já tem que ser em três fases, licenciamento. Um critério locacional 2 inicia-se já com RAS, classe 1. O classe 2, LAC 1 em três fases em um único processo de licenciamento, classe 3 aqui já dividido em duas fases, classe 4 também e classe 5 e 6, com critério locacional 2, ele é dividido em três processos: LP, posteriormente LI e depois LO. Aqui é questão da competência de julgamento do processo de licenciamento, a superintendência, a competência de licenciamento dela está nos empreendimentos de classe 1 a 4 e as Câmaras Técnicas do COPAM, tanto as SUPRAMS como SUPRI, as Câmaras Técnicas da COPAM, as competências classe 4, 5 e 6. A diferença aqui está na questão da classe 4, quando o empreendimento, ele é classe 4, mas o porte dele é grande, a competência de deliberar sobre esse processo de licenciamento é das Câmaras Temáticas do COPAM, as Câmaras Técnicas do COPAM. Quando ele tem um porte pequeno e o potencial poluidor degradador dele é grande, ele vai dar um classe 4 que é esse caso aqui, a competência é da Superintendência. O licenciamento aqui específico de barragem, falando agora de barragem. Então o que é uma barragem? A barragem nada mais é que uma estrutura dentro da atividade minerária onde é disposto tudo aquilo que não tem valor econômico. Depois que é retirado, é beneficiado, é lançado nessa barragem, uma vez que não tem valor econômico. Então, aqui é uma estrutura de barragem e nem todas as barragens são iguais, existem diferenças na forma construtiva das barragens. Aqui são os métodos construtivos das barragens, então aqui em cima nós temos o método, o dique de partida que é a base, e os alteamentos, ela vem à montante, ou seja, ela vai em direção ao rejeito, vem subindo em direção ao rejeito, os alteamentos. Nós temos o alteamento linha de centro, começa com o dique de partida, e ele vai subindo aqui para o centro do dique de partida aqui. E nós temos o método de alteamento à jusante, ou seja, você vai se distanciando, você não joga, você não entra para a área onde está o rejeito, é para fora, é um método mais seguro em relação à esse método aqui. Esses são os três tipos, ele pode se conjugar entre linha de centro e de jusante, isso acontece muito. As atividades aqui, a mídia está falando muito que a SEMAD diminuiu a classe do empreendimento, facilitou o licenciamento da barragem, então, vamos pegar aqui a DN, tanto a DN 217, como a DN 74, os senhores vão ver que não teve facilitação, não teve alteração de porte, de potencial poluidor, são atividades distintas, com potenciais distintos de poluição e degradação do meio ambiente. Então aqui olha, essa atividade: barragem de contenção de resíduos ou rejeitos de mineração. Potencial poluidor dele: degradador G, é o máximo. Esse aqui, esse é o código reaproveitamento de bens minerários dispostos em barragens, é outro código, é outra atividade. O potencial poluidor degradador dele é médio, e é claro, você tem um ambiente já alterado, a barragem já está lá, o objetivo desta atividade é justamente retirar o rejeito das barragens. Hoje com a tecnologia, os empreendedores, eles conseguem inclusive fazer um reaproveitamento, retirando minério desse rejeito que algumas vezes o percentual é maior que ele está lavrando, porque esses rejeitos vêm sendo depositados há mais de 50 anos, a tecnologia era outra. Então, cada vez mais, as nossas minas, elas vão diminuindo os teores, só que esse rejeito, ele é rico, então com a tecnologia o que eles vêm fazendo? Vem fazendo um reaproveitamento, então isso aqui que foi licenciado lá em Brumadinho. Aqui, é questão da competência de fiscalização e segurança de barragem, de acordo com a lei 12.334/2010, ela estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. Então, a lei é muito clara, quem são os órgãos competentes para



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

verificar a questão de estabilidade de barragens, está muito bem clara. Aqui no caso aqui, entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos observado o domínio do corpo hídrico, ou seja, pode ser o IGAM da SISEMA ou Agência Nacional das Águas, se for um rio federal, isso nós estamos falando das barragens de acumulação de água para irrigação. A entidade que concedeu e autorizou tal potencial hidrelétrico é ANEEL, a responsabilidade de estabilidade da barragem é da ANEEL. A entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos, ANM, antigo DNPM. Então o DNPM é o órgão responsável por atestar a estabilidade de barragens, de disposição de rejeitos. A entidade que forneceu a licença ambiental de instalação e operação para fins de disposição de resíduos industriais, o órgão licenciador, pode ser o IBAMA, a SEMAD aqui ou os municípios, é quem licencia, quem tem competência para licenciar, então é responsável no caso das barragens de disposição de resíduos industriais. Então, essa lei é muito clara ao definir o órgão responsável por atestar a estabilidade das barragens, e hoje o que a gente vê na mídia e nos jornais é que o órgão ambiental é responsável por atestar estabilidade de barragens de rejeitos, diferentemente do que está nessa lei. Existe um parecer da Advocacia Geral do Estado, está aqui, ele deixa bem claro também com relação à competência, de quem é a competência de atestar a estabilidade da barragem. É óbvio que da mesma forma que é o licenciamento, é junto a ANM, o antigo DNPM. A responsabilidade de elaborar os estudos é do empreendedor. Então o empreendedor que contrata a empresa que elabora os laudos para ela, mas a ANM não elabora o laudo, é de acordo com as auditorias, a lei obriga ter auditorias externas também, aqui deixa muito bem claro de acordo com o Tribunal de Contas, a competência, de quem é a competência da estabilidade de barragem. Essa portaria, é uma portaria específica do DNPM, ela trata bem a matéria com relação ao cadastro, à competência do laudo de estabilidade, de atestar a estabilidade, de providenciar o PAEBM, então está aqui nessa portaria DNPM, ou seja, a ANM é o órgão responsável por isso e a gente não ouve na mídia hora nenhuma falando a não ser da licença ambiental, que quem causou o dano foi o Secretário porque concedeu a licença, porque diminuiu a classe do empreendimento, facilitou o licenciamento, a gente vai inclusive ver isso na frente, a questão da facilitação do licenciamento como é dito na mídia. As atividades aqui passíveis de licenciamento, eu já havia dito, é a disposição de rejeito de mineração em barragem e reaproveitamento de rejeitos de mineração, essa atividade específica, teve de ser criada uma DN específica para ela por conta do próprio setor que estava fomentando essa atividade e ela não era descrita, ou seja, era uma atividade não passível de licenciamento, mas é uma atividade real, era aquilo que já estava acontecendo por conta da tecnologia que foi melhorando e aprimorando durante os anos, e o setor fomentando e até aqui na nossa região existe essa atividade de reaproveitamento de rejeito de barragem. Elas são bem diferentes, como a gente já viu potencial poluidor totalmente diferente, são atividades diferentes. Impactos diferentes, estamos falando até de uma questão do impacto positivo com relação ao reaproveitamento, nós estamos falando de não abrir novas áreas uma vez que está sendo recuperado aquele minério que está lá, na hora que você está fazendo o reaproveitamento, você já está desmobilizando ou descaracterizando a barragem, porque você vai dispor isso, o rejeito depois de passar pela unidade de tratamento, seja em pilha, seja em cavas, porque você está retirando da barragem, você está descaracterizando a barragem e é diferente também aqui o descomissionamento. Descomissionamento de barragem é um tipo de descaracterização de barragem, porque a barragem pode ter vários tipos de descaracterização, quando você vai fechar a barragem, você pode descomissionar ela, tirar todo o material, você pode manter ela lá, tirar toda a drenagem e deixar lá aquilo como um tijolão grande mesmo, é uma forma de descaracterização, o descomissionamento. E essas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

281 duas atividades, elas não são passíveis de licenciamento, o descomissionamento não é
282 passível de licenciamento, o que é, é o reaproveitamento do rejeito de barragens. Aqui é uma
283 linha do tempo do licenciamento específico lá de Brumadinho, uma linha do tempo quando
284 iniciou e as etapas, aquilo que foi acontecendo durante os anos. A implantação da barragem
285 B1, ela iniciou lá em 1976, as etapas de alteamento iniciaram em 1982 a 2007, são essas
286 etapas aqui de alteamento e em 92 obteve uma Licença de Operação Corretiva, aqui foi em
287 2002 a primeira renovação da licença, em 2009 por algum motivo lá, ela obteve uma nova
288 Licença de Operação Corretiva. Em 2011 renovou essa licença que inclui a atividade de
289 barragens e disposição de rejeitos, em 2015 nesse período aqui foi quando eles iniciaram o
290 projeto da mina, inclusive pedindo o reaproveitamento de rejeito. Então o processo de
291 licenciamento iniciou aqui em 2015. Incluiu aqui a barragem, com o objetivo já de
292 descomissionar a barragem, a intenção deles era reaproveitar e ao mesmo tempo
293 descomissionar a barragem, porque esse rejeito ele ia ser disposto numa cava já exaurida, a
294 frente nós vamos ver isso. Em 2016 houve a paralisação da disposição do rejeito na
295 barragem, ou seja, desde 2016 não era lançado rejeito na barragem e eles não tinham a
296 intenção de ampliar, de fazer nenhum tipo de alteamento e sim descomissionar. Aqui houve
297 a fiscalização por parte da equipe da SUPRI no empreendimento, em 2017 pedido de
298 revalidação da Licença de Operação. Em 2018, foi em dezembro de 2018 que eles obtiveram
299 a licença onde se autorizava o reaproveitamento do rejeito, não se autorizava lavra, a
300 instalação de barragem, não, era o reaproveitamento da disposição de rejeito, nós vamos ver
301 no parecer as atividades que foram autorizadas, concedidas ao empreendimento. Aqui, em
302 25 de janeiro houve o rompimento da barragem e logo em seguida, o fechamento e a
303 suspensão das atividades do empreendimento. Aqui é a barragem, são fotos da equipe do
304 licenciamento, então já tinha até uma vegetação, porque desde 2016 não se lançava rejeitos,
305 essa aqui é a área da barragem. Desculpe. Então, o objetivo era tirar o rejeito, passar pela
306 UTM e fazer a disposição na cava, aí você tem a opção, ou em cava ou em pilha, no caso
307 deles seria em cava, uma cava exaurida já. E aqui, depois do beneficiamento, é o produto,
308 aqui são as atividades que foram licenciadas no processo de licenciamento. Aqui nós temos
309 a barragem que rompeu, que é uma barragem de água e aqui nós vamos ver, aqui é uma cava
310 exaurida, que é a cava Feijão e aqui ficava a instalação do empreendimento, aqui a Unidade
311 de Tratamento. Então, o objetivo do projeto era esse aqui, ir retirando o rejeito até a
312 recuperação da área, então o objetivo do projeto era esse, era retirar todo esse rejeito que
313 estava disposto na barragem e colocar aqui nessa cava exaurida. Isso que a SUPRI licenciou,
314 a SUPRI licenciou isso aí. O descomissionamento é uma boa opção como eu já havia dito,
315 você está impedindo de você abrir novas áreas, degradar novas áreas, porque você está
316 fazendo um reaproveitamento daquilo que já foi minerado, ao mesmo tempo você está
317 descomissionando, porque quando você tira esse material da barragem, você vai dispor ele
318 seja em pilha, seja em outra cava, então é uma boa opção, é uma boa opção. Inclusive, tem o
319 apoio inclusive do Ministério Público com relação a essa atividade, por quê? Porque a
320 empresa tinha firmado um termo em que o próprio Ministério Público pediu que separasse a
321 atividade de lavra da atividade de beneficiamento lá do minério na barragem, para que
322 agilizasse o licenciamento, fosse mais ágil porque é um processo mais simples. Então, já
323 existia esse TAC e essa recomendação. Aqui para os senhores verem, o mesmo jornal
324 falando a mesma coisa de forma diferente. Primeiro “Conselheiro denuncia aprovação a
325 toque de caixa de licença do Feijão”, ou seja, um processo de licenciamento que iniciou em
326 2015 e finalizou em dezembro de 2018 e o mesmo jornal diz: “Demora em licença contribui
327 para desastre de Brumadinho.” Então, são antagonísticos não é? Espera aí. O licenciamento,
328 uma hora ele demorou e a gente foi a toque de caixa, como é? Esse mesmo jornal, o mesmo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

329 jornal. Se fossem jornais diferentes, tudo bem. Então o que a gente vê na mídia hoje é aquilo
330 que vende e não fala a verdade, o órgão ambiental é a SEMAD, é o Secretário que está
331 sendo bombardeado, mas os órgãos responsáveis também pela segurança de barragens, hora
332 nenhuma estão sendo entrevistados, estão sendo ditos na mídia, só a SEMAD. Aqui fica
333 difícil entender, foi a toque de caixa? Desde 2015, saiu em 2018. “Demorou demais e foi
334 isso que causou o desastre em Brumadinho”. Aqui são as normas ambientais específicas da
335 disposição de rejeitos de mineração, a lei 21.972/2016, ela trata do fomento de alternativas
336 de implantação de barragens. Aqui esse decreto que foi pós Mariana, que ele criou essa
337 Diretoria de Gestão da Bacia do Rio Doce. A DN COPAM 2010/2016 que é o que
338 regulamenta o reaproveitamento de rejeitos em barragens. O Decreto Estadual 46993/2016
339 institui a auditoria técnica e extraordinária de barragens e a suspensão à formalização de
340 novos processos de licenciamento ambiental, cujo objeto seja novas barragens de contenção
341 de rejeitos ou ampliação de barragens já existentes que utilize o método à montante. Então
342 isso aqui foi pós Mariana, esse decreto proibiu novos empreendimentos com construção de
343 barramentos com alteamento à montante. Aqui é a questão da facilitação, explicar aqui que a
344 mídia fala muito que órgão ambiental facilitou o licenciamento ambiental do
345 empreendimento. Então vamos lá, nós tínhamos a DN 74 e a nova DN, que é a DN 217
346 especificamente com relação a barragem de contenção de rejeitos, o porte geral é grande,
347 desculpa, o potencial poluidor geral é grande do mesmo jeito, a 217 também é. DN 74, o
348 reaproveitamento de bens minerários dispostos em barragens porte M, a 217 também
349 potencial poluidor degradador geral M. Então não houve facilitação na norma, a norma não
350 facilitou a atividade como a mídia vem falando que diminuiu de classe, era classe 6 e foi
351 para classe 4. A atividade de reaproveitamento é classe 4 por conta do potencial poluidor
352 degradador, não houve facilitação. Eles falam que o Secretário que autorizou, não. São
353 atividades distintas, a atividade tanto na 74, quanto na 217 a extração de minério é classe 6,
354 a lavra é classe 6, continua sendo 6, não houve facilitação nenhuma. Não foi para beneficiar
355 empresa ou setor minerário, não houve isso, muito pelo contrário, a DN 217 não facilitou em
356 nada a mineração. A questão de ter facilitado também nos modelos de licenciamento, a 74
357 era o modelo trifásico, a 217 é o modelo trifásico mais a concomitante, existe a
358 concomitância na 217. Mas a concomitância, ela está prevista tanto na 74, como na
359 CONAMA 237. Aqui já previa que os empreendimentos classes 5 e 6, desde que fosse
360 ampliação, elas poderiam fazer concomitância no caso de classe 5 e 6, LP e LI, já existia. E
361 a questão da concomitância não quer dizer que o empreendedor não tenha que fazer os
362 mesmos estudos, os estudos são exigidos do mesmo jeito, são os estudos referentes à
363 Licença Prévia, à instalação e seus projetos, e o monitoramento, a proposta do
364 monitoramento durante a operação do empreendimento, é tudo analisado de uma única vez,
365 a diferença é essa, não há facilitação nisso. Isso na verdade é uma agilidade no
366 licenciamento, até porque nós temos atividades que elas se confundem, a instalação se
367 confunde com a operação, você não sabe onde termina uma e começa a outra. Então, a DN
368 217 veio para solucionar essas questões, ela não veio para facilitar e nem beneficiar nenhum
369 setor. Os estudos apresentados EIA/RIMA, RCA e PCA. Questão da 217, EIA/RIMA,
370 RCA/PCA e os estudos de critério locacional. Então vamos lá, o empreendimento está
371 localizado em uma área cárstica, então isso é um critério locacional. Está localizado em área
372 cárstica, está localizado em área de conflito pelo uso da água, a supressão de vegetação
373 nativa e outros critérios que constam na 217. Então ele ainda me obriga a trazer o estudo
374 específico sobre aquele local, aquele empreendimento, o impacto daquele empreendimento
375 sobre essa área cárstica, sobre as cavidades que por ventura possam ocorrer no local onde se
376 pretende instalar o empreendimento ou onde ele está instalado. Então não é uma norma que



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

veio para facilitar, é uma norma moderna, eficiente e não beneficia ninguém, está aqui a questão das classes, a questão dos estudos. O procedimento é o mesmo nas duas, então concedeu a licença, depois é fiscalização, cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças, o rigor é o mesmo, mas uma norma mais moderna e é a norma que está sendo criticada, provavelmente por quem não leu e quis entender, se leu, não quis entender a norma. Pode ser melhorado? Claro, como toda norma, em alguns itens, mas é uma norma que veio e veio para ficar. Aqui é resolução SEMAD 2.762 que dispõe agora, ela saiu agora dia 29 de janeiro, sobre a suspensão da análise de regularização ambiental de processos relativos a disposição de rejeitos em barragens, independente do método construtivo. Independente. Está aqui o código 217, também saiu esse dia 30 a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM 2.765, que determina a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos alteadas pelo método à montante, provenientes de atividades minerárias existentes em Minas Gerais. Então hoje tem essa resolução, todas elas vão ter que ser descaracterizadas. O empreendedor deverá apresentar tecnologia a ser adotada e o plano de trabalho até em 360 dias, com cronograma de início de implantação da referida tecnologia, cronograma de descaracterização contendo prazos e ações. A implantação da destinação com nova tecnologia deverá ser executada no prazo máximo de 02 anos, a contar da apresentação do plano de trabalho. Então essa atividade deixa de existir, todas as barragens que estão hoje, existentes, elas têm que ser descaracterizadas. Aqui são as ocorrências de acidentes no mundo, acidentes com barragens de rejeitos, nós estamos aqui com... no Brasil são 06, Minas são 05, a gente representa aqui quatro vírgula alguma coisa aqui, o Brasil seis e alguma coisa. O Brasil está em 4º lugar, com 6,7% dos casos. Os Estados Unidos lideram com 30 casos, 25%, o Chile com 09 casos, a China também. Então aqui, todos os acidentes em barragens que aconteceram no mundo, no resto normalmente, aqui no Canadá também aconteceram 07 acidentes, Inglaterra 06. O método não está aqui, o método construtivo dessas barragens, não fala, mas foram acidentes que ocorreram nesse período aqui, até o dia de hoje. Muito obrigado, se tiver alguma pergunta que eu possa responder, estou à disposição. **Benigno Antônio - SEDECTES** – Quando você fala em linha do tempo, a gente vê que teve alteamento... **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Benigno, fala um pouquinho mais perto do microfone, por favor. **Benigno Antônio - SEDECTES** – Quando você mostrou lá a linha do tempo, mostrou que teve alguns licenciamentos. Nesses licenciamentos foram contemplados também esse alteamento da barragem? Porque alteamento era praticamente, vai ampliar a capacidade, quantidade de rejeitos, isso foi licenciado também? **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – Conselheiro, essas informações específicas realmente eu não tenho, posso até tentar buscar junto a Secretaria se tem esse histórico. Nós temos ali, foi licenciada, depois virou LOC de novo, a forma que ele veio ao longo dos anos alteando se foi com licença ou sem licença, essas informações realmente eu não tenho, mas a gente pode buscar juntamente com a SEMAD e depois passar para o senhor. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Microfone Conselheiro. Alguém quer fazer algum questionamento? Pois não, doutor. **Geraldo Luciano - Advogado** – Senhor Presidente, senhores Conselheiros. Ricardo, primeiro eu gostaria de parabenizá-lo pela exposição, mas vou fazer algumas ressalvas, uma pergunta. Eu acho que o acidente foi gravíssimo, mais de 400 mortos, menos de 03 anos depois de um outro acidente gravíssimo. Então eu acho que você cumpriu ordem da Secretaria de Meio Ambiente de fazer essa defesa, fez muito bem, você é um profissional correto, íntegro, mas eu não acho que isso tenha sido ético da parte da Secretaria te designar para fazer esse papel. Eu acho que não é o momento de se justificar coisas injustificáveis, não é o momento de fazer apontamentos de quem deixou, de quem fez ou deixou de fazer fiscalização ou de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

quem era a competência. Eu acho que o momento para todos nós mineiros é de assumir responsabilidades. Atividade mineral é essencial a vida de todos nós, todo mundo aqui está conectado com o minério, nós não estaríamos vivendo em sociedade hoje sem minério. Mas eu faço só um paralelo, a classe do reaproveitamento é classe 4, continuava e continua sendo classe 4? É uma pergunta que estou fazendo. O reaproveitamento do minério do rejeito que estava? **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – O potencial poluidor degradador dele é médio. Então, para ser classe 4 vai depender do porte do empreendimento. **Geraldo Luciano - Advogado** – No caso específico lá.

Ricardo de Carvalho - Supram NOR – Lá era 4, classe 4. **Geraldo Luciano - Advogado** – Ok. Só uma questão técnica. Uma extração de areia no nível máximo de um rio, também tem os efeitos positivos e etc., é classe 5, a capacidade máxima de extração. Vamos supor que uma draga extraia na capacidade máxima, extração de areia, é classe 5 ou 6? **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Pode ir, dependendo... **Geraldo Luciano - Advogado** – A máxima e tonelagem de mineração, de areia. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Pode ir até 6, você tem que conjugar ali, você tem que fazer as conjugações de porte potencial poluidor mais critério locacional. **Geraldo Luciano - Advogado** – Mas na classe máxima é 5 ou 6? **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – 6, provavelmente 6. **Geraldo Luciano - Advogado** – 6, Ok. Então para mim, leigo, como cidadão, eu não me convenço, não estou apontando culpados, não estou falando que houve rebaixamentos, nem nada. A norma anterior já previa e a atual continua prevendo, após Mariana, após Samarco, manteve-se como classe 4 uma atividade de mineração de descomissionamento de barragem com reaproveitamento ou não manter como classe 4? Só a minha visão de leigo do problema. Eu fiz um paralelo com a mesma atividade minerária, mas eu vou fazer um paralelo também com a atividade que nós temos presente aqui no noroeste. Qualquer fazenda que tenha como área útil mais de 1.000 hectares, se eu estiver errado, é classe 5 ou 6, ok? **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Não. Você exige EIA/RIMA, mas ele pode ser classe 3 com exigência do EIA/RIMA por causa de uma decisão judicial, ele pode ser uma classe 3, dependendo da atividade. **Geraldo Luciano - Advogado** – Mas houve uma decisão judicial, o trânsito foi julgado e hoje é classe 5 ou 6. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Não é classe, não é classe. Em relação a exigência do EIA/RIMA é a resolução CONAMA 01/86, não é por classe. A resolução CONAMA 01/86 ela prevê que empreendimentos acima de 1.000 hectares, acima de 1.000 hectares devem ser exigidos o EIA/RIMA. A decisão judicial foi nesses termos, não tem a ver com classe e sim por ser acima de 1.000 hectares. **Geraldo Luciano - Advogado** – Ok. Mas na minha vivência prática aqui, nossos empreendimentos rurais aqui do noroeste, todos com mais de 1.000 hectares, se eu estiver errado, o Ricardo conhece todos, são classe 5 acima, com mais de 1.000. Tem algum com menos de classe 5? **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – A gente podia até botar a DN 74 no código G1, G2, G3 lá. Não é classe, a questão aí vem o porte e a linha de corte foi os 1.000 hectares por conta de decisão judicial. **Geraldo Luciano - Advogado** – Ok, ok. Mas em via de regra são todos classe 5 e acima. **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – Não. O mês passado nós pautamos um empreendimento aqui da região, um empreendimento grande, e um empreendimento classe 4, e foi votado pela decisão foi da Câmara Técnica. Não é classe. **Geraldo Luciano - Advogado** – Pois é, mas o classe 4 não vai para a Câmara. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Classe 4 ela vai para a Câmara se é porte grande. **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – Porte grande vai para a Câmara. **Geraldo Luciano - Advogado** – Ok. Eram essas as minhas observações, mas fica a minha observação em relação ao seu trabalho Ricardo, eu acho você um baita profissional, sério, correto, mas eu acho que você exerce uma carreira de Estado. Isso que está se fazendo aqui é uma defesa de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

473 governo, eu acho que não é o momento de se defender governos, quem estiver ocupando os
474 cargos políticos que são os responsáveis indiretos por dois desastres seguidos de grande
475 porte com muita gente morta. Então, eu acho que nós já discutimos aqui na reunião passada
476 sobre o papel do COPAM. O COPAM, do interior, as Unidades Regionais Colegiadas não
477 discutem mais política ambiental, hoje são 30 itens de multa, 30 itens de multa. Os senhores
478 estão aqui, vieram de longe, vieram de Belo Horizonte, de seus lugares discutirem multa. As
479 políticas ambientais não são mais discutidas, as licenças ambientais, vias de regra, são
480 aprovadas em Belo Horizonte. Então retirou-se do COPAM a sua essência, que é o princípio
481 da participação democrática, quem sabe lá de Arinos, a fazenda que vai ser implantada lá, ou
482 o laticínio, quem sabe se aquilo é importante para Arinos? Não é o povo de Arinos aqui
483 representados pelo senhor? Isso não é mais discutido aqui, se foi empreendimento de porte,
484 classe, que via de regras são discutidos em Belo Horizonte. Senhor Presidente, muito
485 obrigado. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Agradeço a manifestação doutor. Só um
486 esclarecimento, aqui pode até transparecer defesa, mas o cunho aqui é maior, é de em
487 relação a demonstrar a como se dá o licenciamento ambiental, como se foi o licenciamento
488 ambiental e de quem são as competências. O que que a gente verificou muito pelos meios de
489 comunicação, são informações erradas e muitas vezes equivocadas. O que o Ricardo trouxe
490 aqui, eu até peço à Secretaria que envie aos Conselheiros essa apresentação, é mais de cunho
491 informativo. Para informar quem são as competências? Por exemplo, em relação a barragem
492 que o senhor cita, a barragem aqui de Fundão. O empreendimento não estava nem com a
493 licença na mão, o empreendimento não tinha de posse a licença, quem presidiu essa reunião
494 fui eu, eu estive presente na explicação. É diferente, uma coisa é você fazer a extração e
495 jogar o rejeito na barragem, a outra coisa é você pegar aquela barragem, descomissioná-la
496 utilizando aquele rejeito que está lá, essa barragem é de 75, você pegar esse rejeito, trabalhar
497 esse rejeito e dispor ela na cava de forma seca. A disposição, o processo em si, é muito bom,
498 o processo em si é bom. Houve algum erro, alguma falha da empresa e aí em relação às
499 responsabilidades, não se discute responsabilidade é da Vale, responsabilidade objetiva
500 prevista em nossa legislação. Independentemente não vai se perquirir culpa nesse caso. Se
501 houve omissão por parte do Estado, e aí eu falo o Estado União também, porque cabe a
502 ANM - Agência Nacional de Mineração a fiscalização e não ao Estado, e aí nós
503 formalizamos o processo em relação, e aí é de cunho também de informação para os
504 senhores, quando se formaliza o processo, a gente tem aqueles órgãos intervenientes que
505 está lá no artigo 27 da 21.972, que nós só pedimos a manifestação, a gente não entra no
506 mérito daquela manifestação, o órgão somente se manifesta, assim como em relação às
507 unidades de conservação também, ao IBAMA é da mesma forma. Ele manifesta sobre a
508 estabilidade e isso foi dado pela Agência Nacional de Mineração e tinha, eles tinham que
509 fazer um programa junto com a ANM, tanto que essa licença embora votada pelo Conselho,
510 ela não foi expedida, ela não foi entregue a Vale. A Vale não tinha a licença para
511 descomissionar, então não pode se falar de responsabilidade do Estado, o Estado nem...
512 Fazia a fiscalização nesse caso e a licença que foi concedida pelo Conselho não chegou a ser
513 entregue à Vale. Então nesse caso, eu creio que aí por isso da explicação, por isso que a
514 gente está fazendo em todas as superintendências essa explicação, justamente para levar ao
515 conhecimento do público. De como se dá o processo de licenciamento, quem são os
516 responsáveis? Quem fiscaliza? Quem licencia? Como que se dá o processo em relação aos
517 órgãos intervenientes que a gente estava falando aqui? Então o processo é complexo e nesse
518 momento, por falta de informação tudo vira nas costas do Estado, e é nesse objetivo que a
519 gente tem feito aqui, nessa e nas demais reuniões com essa apresentação. É passar
520 justamente para aqueles que não entendem muito bem de como se dá o processo de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

521 licenciamento ambiental, quem é o responsável por cada etapa. Pois não? **Débora Luciana -**
522 **Advogada** – Presidente. Algumas considerações sobre a apresentação. Primeiro eu gostaria
523 que ela fosse disponibilizada, eu não sei como que... **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente**
524 – Eu acabei de pedir aqui, desculpa te interromper. Pedi aqui para disponibilizar para os
525 Conselheiros, então qualquer coisa você pede para a gente, a gente manda para você
526 também. **Débora Luciana - Advogada** – Disponibilizar via e-mail. Porque quando
527 aconteceu a tragédia, que eu me recuso a chamar de acidente, eu fiz esses levantamentos que
528 foram feitos por você Ricardo, realmente essa questão da polêmica que a mídia levantou
529 sobre a SEMAD. Só que a minha manifestação aqui é mais um desabafo como mineira, nós
530 somos mineiros, nós carregamos as minas no nome e nós tivemos duas grandes tragédias,
531 seguidas uma da outra, e quando aconteceu a de Mariana, eu estava em Belo Horizonte e eu
532 acompanhei todas as audiências. E em todas as audiências foi falado: Se não mudar o
533 sistema, as barragens vão continuar rompendo. Em todas as audiências sobre Mariana, essa
534 frase apareceu. Então por quê? Por que que as barragens de Minas estão colapsando e estão
535 desmatando? Então eu ouvi muita gente falando que as mineradoras são preocupadas só com
536 o lucro, são gananciosas, não estão preocupadas com as vidas das pessoas afetadas, e se isso
537 fosse uma verdade absoluta, as barragens estariam matando no mundo inteiro. E aí o Ricardo
538 fez um levantamento sobre os colapsos de barragens no mundo. Ricardo eu fiz esse
539 levantamento também, só que a conclusão que a gente chega quando a gente avalia esse
540 levantamento sobre os colapsos de barragens no mundo é que, as barragens sim acabam
541 colapsando em países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá e Austrália, mas quando
542 essas coisas acontecem lá, elas não matam pessoas. Elas geralmente não causam
543 degradações ambientais como foi Mariana, que foi a maior tragédia ambiental do mundo e
544 como foi agora Brumadinho. Então qual é a diferença? Por que as barragens estão matando
545 só nos países subdesenvolvidos? Só no Brasil, só no México, só na China que está no 2º
546 lugar de tragédias de barragens com 272 mortos, depois de Brumadinho. Então esses são os
547 questionamentos, e aí vocês vêm aqui fazendo o papel de vocês, falando que a SEMAD não
548 é responsável por fazer avaliação da engenharia das barragens, e realmente não é. Quem é
549 responsável é o DNPM, o antigo DNPM, como a gente conhece, que foi o órgão extremante
550 sucateado nos últimos governos federais. O DNPM não tinha funcionário nem para pegar o
551 processo no arquivo e disponibilizar para a cópia, todo mundo que trabalha com mineração
552 sabe disso, você agendava na sexta-feira, porque não tinha funcionário, quem dirá
553 funcionário para fiscalizar estabilidade de barragens. Então a SEMAD requer esse laudo de
554 estabilidade do empreendedor para colocar na gaveta? Porque é uma confusão de órgãos,
555 como você mesmo explicou, “Ah é o IBAMA”, “Ah é a SEMAD”, isso é Brasil, é um monte
556 de órgão responsável por fazer tudo e no final, ninguém faz nada. Então enquanto a gente
557 não mudar o sistema de licenciamento ambiental que a gente sabe que não funciona, e
558 também a gente não mudar o processo minerário, que como vocês bem colocaram, não está
559 sendo bem discutido. Por que a Vale não perdeu a concessão de lavra de Mariana e por que
560 ela não vai perder a de Brumadinho? Não tem essa previsão na legislação, o marco
561 minerário está parado, isso não está sendo discutido. Porque nós estamos premiando as
562 mineradoras que estão matando Minas Gerais? Enquanto isso não mudar, a gente pode vir
563 aqui, nesse Conselho que hoje discute multas, e apontar os dedos para quem a gente quiser
564 apontar, o problema não vai ser resolvido e as barragens vão continuar colapsando. Então é
565 um desabafo aqui de quem trabalha com Direito Ambiental há quase 7 anos, e é um pedido
566 para que essa apresentação seja disponibilizada e agradeço a atenção de vocês. **Ricardo de**
567 **Carvalho - Supram NOR** – Primeiro eu gostaria de agradecer, Luciana, pelas palavras
568 como técnico, muito obrigado. Vindo de você, parceira nossa aí da SUPRAM. Mas eu não



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

569 estou aqui fazendo política não tá gente, justamente por isso que eu não ocupo cargo
570 político, por não ser político e ser técnico. O que pode ser feito, pode. O que não pode, não
571 pode e pronto. A norma fala isso e acabou, eu sou assim. Não estou aqui defendendo o
572 Germano, eu estou defendendo a nossa Secretaria por estar sendo bombardeada da forma
573 que está em mídia nacional. E não estou aqui para... Você falou muito bem, ANM, órgão
574 sucateado, a competência deles é clara isso, mas nós não estamos aqui também para jogar a
575 bola em cima deles, que a gente sabe que eles não têm condição de acompanhar todos os
576 empreendimentos minerários. No Estado de Minas Gerais não deve ter nem meia dúzia de
577 técnicos, em áreas distintas ainda. Quatro não é? Em Minas Gerais. Quatro para cuidar de
578 todas as barragens, cuidar de licenciamento que eles tratam também específico, de toda
579 UTM, de tudo. É impossível, é impossível. Então, o objetivo não é esse, não estou aqui
580 defendendo o Germano. Conheço o Germano muito bem, pessoa excelente, é colega nosso,
581 mas eu estou defendendo toda a instituição e por isso a apresentação não foi determinada,
582 inclusive nem pela SEMAD, os colegas que definiram que seria eu, de uma forma
583 democrática, é você e acabou. Eu falei “Uai Cleibson, vai lá fazer a apresentação.”, ele
584 falou: “Não, não. É você e pronto, e vai lá.” Eu falei “Está bom ué.”. Não veio uma
585 determinação, não sou político de forma alguma, não defendo aqui partido, não tenho
586 partido político, não tenho. Eu acho que isso pode trazer até um prejuízo para mim, mas eu
587 sou técnico, eu não falo aquilo que a pessoa quer ouvir, eu falo a realidade, eu falo o que
588 realmente é, o que realmente deve ser dito. É por isso que eu não ocupo cargo político, de
589 indicação política, por não ser político. Muito obrigado. **Yuri Rafael de Oliveira -**
590 **Presidente** – Pois não. Só peço para ser bem sucinto. **Thales - Advogado** – Presidente Yuri
591 boa tarde! Boa tarde Conselheiros, servidores da SEMAD, colegas e empreendedores.
592 Acerca da exposição, primeiro também render meus cumprimentos, bastante elucidativa
593 acerca das competências e me surgiu um questionamento. Falou-se muito no processo de
594 descomissionamento do barramento que ocorreu lá em Brumadinho e eu não vi, tanto na
595 mídia ou nos órgãos aí que estão trabalhando nessa remediação com relação, porque é uma
596 barragem que estava elegida e sofreu vários processos de alteamento pelo método à
597 montante. Então o meu questionamento é se esses alteamentos, esse método que foi
598 aplicado, se essa autorização para esse tipo de alteamento, se isso tem a ver com a
599 competência do Estado e se isso passou pelo Estado de Minas Gerais e pela SEMAD.
600 **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – Os alteamentos de barragem, vai interferir
601 especificamente no código e volume armazenado, é passível de licenciamento. É passível. A
602 disposição, esses alteamentos sim, passam, porque a gente licencia até a cota X, a próxima
603 cota deverá passar pelo novo licenciamento, isso sim. Eu não dei a resposta aqui ao
604 Conselheiro, se esses alteamentos passaram por licenciamento, essa é a informação que eu
605 não tenho. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Só esclarecendo para os senhores,
606 recente agora, Lei 23.291 de 25 de fevereiro, agora, institui a Política Estadual de Segurança
607 de Barragens. Ela foi regulamentada, salvo engano, ontem, dia 26, não é? Então lei recente
608 agora em relação ao tema, caso os senhores queiram ler. Eu já faço aqui algumas
609 observações em relação a essa lei, que eu tenho um pouco de aversão a essas leis que vai a
610 toque de caixa em uma momento como esse. Não sei se os colegas advogados têm essa
611 mesma impressão. Essa lei mesmo, no artigo 6º, ela proíbe *ad referendum* e licença
612 provisória para operar, para barragens de rejeitos e não existe mais essa previsão no nosso
613 decreto, então trem uma previsão que nem mais... que tem uma previsão que nega, sem que
614 nem mesmo a previsão de licença para operar provisória e *ad referendum* não existe mais na
615 nossa legislação. Para os senhores terem ideia de como saiu essa nova norma. Mas vamos
616 dar seguimento. Ricardo, muito obrigado... Desculpa Conselheiro, pois não. **Domingos**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

617 **Santana - FIEMG** – Ricardo, só o último slide. Quantos acidentes tem no Brasil que foi
618 colocado? **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – Seis. **Domingos Santana - FIEMG** –
619 Eu desejaria uma sugestão para o pessoal que fez a apresentação, nessa última coluna dos
620 acidentes, não precisa não, eu queria só o número, de colocar nessas 06 barragens quantas
621 foram o alteamento à montante. **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – Todas elas. Todas
622 as que tiveram, tiveram à montante. **Domingos Santana - FIEMG** – Ótimo, era isso que eu
623 queria ressaltar aqui tá. Em todos os acidentes de barragens que tivemos no Brasil, são à
624 montante. E outra, quantas barragens em Minas Gerais por exemplo, nós temos? Não é para
625 responder aqui, é só para refletir. E quantas barragens são de eixo e alteamento à jusante,
626 sem usar rejeitos. Talvez a gente vê que são 90% das barragens, não quero dizer aqui que
627 estou acusando método e nem os responsáveis técnicos que o fizeram. Talvez por
628 experiência de ter sido responsável técnico de barragens por mais de vinte e tantos anos, eu
629 acho que isso é muito importante que seja inserido nessa apresentação para mostrar que
630 talvez o percentual de 80% das barragens feitas, não por esse método, são as que estão
631 vigentes, para até mesmo para alertar a população. Não criticando nada, mas a título de
632 sugestão na apresentação para salientar o efeito construtivo que em segurança não à
633 montante. De eixo ou à jusante, em não usar rejeitos e sim sempre material de argila, que é
634 uma maior parte delas, acho que é importante salientar isso aí, até mesmo para não dizer de
635 minimizar o medo da população, mas de um efeito de projeto e execução bastante
636 interessante para ser inserido. Só uma sugestão. **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** –
637 Atendido, Domingos. O Domingos conhece barramento de barragens, o expert aqui é o
638 Domingos. Domingos eu não tenho os números aqui exatos, esse número estava sendo
639 levantado, das barragens em Minas Gerais, mas já se tem. Ali Domingos é C, o número no
640 Brasil, 08 casos, 05 em Minas Gerais. **Domingos Santana - FIEMG** – A informação, todos
641 alteamentos à montante. **Ricardo de Carvalho - Supram NOR** – Em Minas Gerais hoje em
642 torno de 300 barragens, não vou te falar exatamente, mas esse levantamento estava sendo
643 feito no Brasil inteiro, em Minas é onde tem o maior número de barragens de rejeitos. Falta
644 muita informação, muitas dessas barragens não se tem nem conhecimento e hoje elas já
645 foram abandonadas, ninguém tem informação dessas barragens, da forma em que foi
646 construída, do projeto construtivo, não se tem nada e está na mão do Estado isso hoje, e é
647 uma bomba relógio. Esses números eles já conseguiram levantar exatamente, não é Yuri?
648 Mais ou menos é isso né? Uns trezentos, trezentas e poucas barragens só em Minas Gerais,
649 das setecentas e poucas no Brasil. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Agradeço ao
650 Ricardo, vamos dar continuidade a nossa reunião. **6. Processos Administrativos para**
651 **exame de Recurso aos Autos de Infração.** **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** –
652 Passaremos para o item 6 da nossa pauta, Processos Administrativos para Exame de Recurso
653 aos Autos de Infração. Inicialmente questiono aos Conselheiros, se algum dos senhores
654 incorre em algum caso de impedimento ou suspensão de que trata os artigos 51 ao 54 do
655 regimento interno. **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Eu quero me declarar impedido do item
656 6.26, por ter relação contratual com a pessoa recorrente. **Yuri Rafael de Oliveira -**
657 **Presidente** – 6.26, Conselheiro? **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Isso, Maria Virgínia.
658 **Domingos Santana - FIEMG** – Se não houver nenhuma manifestação de Vistas, nesse item
659 6.26 eu queria um Destaque. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok, Conselheiro. A
660 gente vai fazer aquele procedimento que nós fizemos, eu só vou fazer... Conselheiro, só me
661 lembra depois do 6.26, mas já está registrado no caso de suspensão do impedimento do
662 senhor. Vou passar para a leitura. Desculpa, desculpa Conselheiro. **Altegnio Dornellas -**
663 **APA** – Eu gostaria que fosse registrado que o item 6.30, eu quero pedir a suspensão, por ter
664 vínculo contratual com a empresa. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Só fala de novo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

o órgão ao qual o senhor representa, Conselheiro. **Altego Dornellas - APA** – Altego da APA. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok. Eu agradeço. Mais algum Conselheiro que se dá por suspeito ou impedido? Então conforme combinamos, eu vou ler a ata como um todo e aqueles Conselheiros que tiverem algum Destaque que o faça e eu vou aproveitando e questionando aos presentes se mantem naqueles casos onde não houver Conselheiros, se mantem a solicitação para se manifestar. **6.1** – Agropecuária Rio Preto Ltda. ME - Captar água superficial em barramento (área inundada < 5,00 ha) sem a devida outorga - Unaí/MG - PA/Nº CAP 486606/2017 - AI/Nº 87002/2017 - Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Senhor Presidente. Eu tenho, quero Destaque não só nesse processo, como em outros também. Eu pergunto ao senhor, se o senhor prefere que eu requeira o Destaque um a um, ou que eu já me manifeste em relação a todos eles? **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – O senhor só pode... Eu vou solicitar que o senhor faça por um a um, mas é só o senhor falar Destaque e aí eu já coloco o seu nome aqui, ok? **Ricardo Almeida - FAEMG** – Tudo bem, Destaque. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – **6.2** - Beatriz Nakano. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Senhor presidente, eu vou querer Vistas. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ah, o senhor está querendo é Vistas. Ok. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Me perdoe, me perdoe. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Alguém acompanhe as Vistas do Conselheiro. Então Vistas para o Conselheiro da FIEMG, do processo. Desculpa, FAEMG. Sendo o processo objeto de Vistas, ele sai da nossa pauta e não será discutido, ok? Então somente o Conselheiro da FAEMG de Vistas? Você só podia brevemente justificar a Vistas, Conselheiro? Conforme regimento. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Senhor presidente, tendo em vista... **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Pode ser de forma sucinta. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Tá. Nós temos no recurso, do recurso e do parecer enxerga-se que há questionamentos acerca da validade do Auto de Infração e do processo respectivo administrativo. No site da SEMAD, eu só tenho o recurso e o parecer técnico, eu não conheço os autos. Então também como advogado, eu não gostaria de votar sem ter conhecimento do processado. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok, Conselheiro. Justificado. **6.2** - Beatriz Nakano Fava/Fazenda Esperança - Extrair água subterrânea sem a devida outorga - Guarda-Mor/MG - PA/Nº CAP 463857/2017 - AI/Nº 73087/2017 - Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas também, pelas mesmas razões dispostas anteriormente. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok, agradeço. Algum Conselheiro acompanha as Vistas? Não havendo, vistas para a FAEMG. Item **6.3** - Beatriz Nakano Fava/Fazenda Esperança - Extrair água subterrânea sem a devida outorga - Guarda-Mor/MG - PA/Nº CAP 463859/2017 - AI/Nº 73088/2017 - Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas, mesmas razões já expostas. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – **6.4** - Beatriz Nakano Fava/Fazenda Esperança - Extrair água subterrânea sem a devida outorga - Guarda-Mor/MG - PA/Nº CAP 463862/2017 - AI/Nº 73089/2017 - Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas, pelos mesmos motivos. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok, ninguém acompanha, somente o Conselheiro da FAEMG, não é? **6.5** - Beatriz Nakano Fava/Fazenda Esperança - Extrair água subterrânea sem a devida outorga - Guarda-Mor/MG - PA/Nº CAP 463868/2017 - AI/Nº 73090/2017 - Apresentação: Supram NOR. Há Destaque? **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas, mesmos motivos. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok. **6.6** - Beatriz Nakano Fava/Fazenda Esperança - Extrair água subterrânea sem a devida outorga - Guarda-Mor/MG - PA/Nº CAP 463856/2017 - AI/Nº 73086/2017 - Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok. **6.7** - Cleanto Marcos Pedrosa/Fazenda Cupim de Ouro - Funcionar sem Autorização Ambiental de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

713 Funcionamento - Riachinho/MG - PA/Nº CAP 500805/2017 - AI/Nº 73000/2017 -
714 Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de**
715 **Oliveira - Presidente** – 6.8 - Euler Baeta Mendonça/Fazenda Porteira ou Santa Cruz -
716 Funcionar sem Autorização Ambiental de Funcionamento - Unai/MG - PA/Nº CAP
717 461328/2016 - AI/Nº 73227/2016 - Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida -**
718 **FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Conselheiros, se alguém tiver
719 Vistas em conjunto, levante a mão por favor, porque eu vou passar aqui. 6.9 - Euler Baeta
720 Mendonça/Fazenda Porteira ou Santa Cruz - Captar água superficial para irrigação de pivô
721 central sem a devida outorga - Unai/MG - PA/Nº CAP 461333/2017 - AI/Nº 73228/2016 -
722 Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de**
723 **Oliveira - Presidente** – Item 6.10 - Geraldo Félix Ribeiro - Guardar aparelho de pesca de
724 uso proibido para categoria - Cabeceira Grande/MG - PA/Nº CAP 557111/2018 - AI/Nº
725 112209/2018 - Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? Nós não temos aqui
726 Destaque de nenhum inscrito ok? Vou colocar esse processo então em bloco, está certo?
727 Caso haja outros. Item 6.11 - Roberto Justiniano de Araújo/Zona Urbana - Obstar a ação
728 fiscalizadora da SEMAD e da Polícia Militar de Meio Ambiente, promovendo a retirada de
729 duas espécimes filhotes - Unai/MG - PA/Nº CAP 522091/2018 - AI/Nº 72714/2018 -
730 Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de**
731 **Oliveira - Presidente** – 6.12 - Paulo Couto e Outra/Fazenda Alvorada - Descumprir o
732 Termo de Compromisso Ambiental - Buritis/MG - PA/Nº CAP 492784/2017 - AI/Nº
733 109614/2017- Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? Nós também não temos
734 inscritos para esse processo. Desculpa, tem algum advogado que se inscreveu aqui para esse
735 item? Eu não marquei aqui. Tem doutor? Desculpa! Ah tá, então nós temos inscritos aqui. O
736 senhor vai fazer, vai querer se manifestar sobre ele então? **Ricardo Almeida - FAEMG** –
737 Senhor Presidente, se ainda estiver em tempo, eu quero Vistas desse processo também. **Yuri**
738 **Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok, doutor. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Ricardo,
739 **FAEMG. Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Vistas. 6.13 - Dirceu José da
740 Silva/Fazenda Canabrava - Explorar área de preservação permanente sem autorização -
741 Unai/MG - PA/Nº CAP 488536/2017 - AI/Nº 73427/2017 - Apresentação: Supram NOR.
742 **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas, senhor Presidente. **Yuri Rafael de Oliveira -**
743 **Presidente** – Ok. 6.14 - Paulo Sérgio de Souza/Fazenda Bom Jesus - Culturas anuais
744 excluindo olericultura - Dom Bosco/MG - PA/Nº CAP 4493852/2017 - AI/Nº 87005/2017 -
745 Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Esse é o 6? **Yuri Rafael de**
746 **Oliveira - Presidente** – 6.14. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Não, esse eu não tenho
747 interesse não, senhor Presidente, de solicitar não. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** –
748 Também não temos inscritos para esse processo. 6.15 - Valtene Pereira Guimarães/Fazenda
749 Boqueirão - Desmate de cerrado em formação florestal - Unai/MG - PA/Nº CAP
750 496728/2018 - AI/Nº 72665/2017 - Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? **Ricardo**
751 **Almeida - FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – 6.16 - Valdemar José
752 Zancanaro/ Fazenda Capão da Estrada - Culturas anuais excluindo olericultura - Unai/MG -
753 PA/Nº CAP 462541/2017 - AI/Nº 73190/2016 - Apresentação: Supram NOR. Algum
754 Destaque? Também não temos inscritos para esse processo. 6.17 - Renato Muller/Fazenda
755 Agromil - Utilizar trator de esteira em floresta ou demais formas de vegetação sem registro -
756 Paracatu/MG - PA/Nº CAP 476092/2017 - AI/Nº 72744/2017 - Apresentação: Supram
757 NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok.
758 6.18 - Renato Muller/Fazenda Agromil - Extrair água subterrânea sem a devida outorga -
759 Paracatu/MG - PA/Nº CAP 476064/2017 - AI/Nº 72743/2017 - Apresentação: Supram
760 NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** –



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

761 6.19... Sempre pelos motivos, Conselheiro? Que fique registrado. **Ricardo Almeida -**
762 **FAEMG** – Sim, por gentileza. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Então, que fique
763 registrado, Conselheiro sempre pelos mesmos motivos falados no primeiro item. **6.19** -
764 Renato Muller/Fazenda Agromil - Utilizar trator de esteira em floresta ou demais formas de
765 vegetação sem registro - Paracatu/MG - PA/Nº CAP 476104/2017 - AI/Nº 72745/2017 -
766 Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de**
767 **Oliveira - Presidente** – **6.20** - Renato Muller/Fazenda Agromil - Fazer queimada sem
768 autorização do órgão - Paracatu/MG - PA/Nº CAP 476108/2017 - AI/Nº 72746/2017 -
769 Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de**
770 **Oliveira - Presidente** – **6.21** - Renato Muller/Fazenda Agromil - Desmatar florestas e
771 demais formas de vegetação em área de preservação permanente - Paracatu/MG - PA/Nº
772 CAP 476114/2017 - AI/Nº 72747/2017 - Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida -**
773 **FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – **6.22** - Engepar
774 Empreendimentos e Participações Ltda/Sítio do Lago - Captação de água subterrânea -
775 Cabeceira Grande/MG - PA/Nº 597357/2018 - AI/Nº 18113/2018 - Apresentação: Supram
776 NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – **6.23** -
777 Jacobus Johannes Hubertus Derks/Fazenda Santo André - Descumprir condicionantes
778 aprovada em Licença de Operação corretiva - Bonfinópolis de Minas/MG - PA/Nº CAP
779 472975/2017 - AI/Nº 87070/2017 - Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida -**
780 **FAEMG** – Vistas. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – **6.24** - Ariovaldo Prado Filho e
781 Outra/Fazenda Brejo - Operar atividade de extração de cascalho em área de reserva legal
782 sem licença ou autorização ambiental- Brasilândia de Minas/MG - PA/Nº CAP 483434/2017
783 - AI/Nº 109605/2017 - Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas.
784 **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – **6.25** - Eliésio Carlos Rodrigues/Fazenda Veredas -
785 Intervir em área de preservação permanente - Vazante/MG - PA/Nº CAP 488893/2018 -
786 AI/Nº 142459/2017 - Apresentação: Supram NOR. **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas.
787 **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – **6.26** - Maria Virgínia Prata Rodrigues Borges Della
788 Libera/Fazenda Tamboril - Desmatar vegetação de espécie nativa, em área comum sem
789 licença ou autorização - João Pinheiro/MG - PA/Nº CAP 450419/2016 - AI/Nº 23968/2016 -
790 Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? **Domingos Santana - FIEMG** – Aqui. **Yuri**
791 **Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok. **6.27** - Euvaldo Campos Teixeira/Fazenda Garapa -
792 Desmatar por meio de corte raso com destoca -Unai/MG - PA/Nº CAP 609060/2018 - AI/Nº
793 138268/2018 - Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? Esse também nós não temos
794 inscritos. **6.28** - Carlos Ferreira de Oliveira/Fazenda Largo do Rosário - Desmatar área de
795 vegetação nativa - Unai/MG - PA/Nº CAP 622173/2018 - AI/Nº 138464/2018 -
796 Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? Esse também nós não temos inscritos. **6.29** -
797 Mamoneira Agropastoris S/A - Descumprir condicionantes aprovadas na Licença de
798 Operação Corretiva - Natalândia/MG - PA/Nº CAP 503224/2017 - AI/Nº 134145/2017 -
799 Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? **Ricardo Almeida - FAEMG** – Vistas.
800 **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok. E o **6.30** - Cooperativa Agropecuária do Vale
801 do Paracatu Ltda. - Preparação e fabricação de laticínios - Paracatu/MG - PA/Nº CAP
802 503221/2017 - AI/Nº 134143/2017 - Apresentação: Supram NOR. Algum Destaque? Nós
803 também não temos inscritos. Senhores Conselheiros, eu vou colocar em votação, em bloco.
804 **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Senhor Presidente. Aqui. Desculpa. **Yuri Rafael de Oliveira**
805 **- Presidente** – Pois não. **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Só a título de sugestão, me parece
806 que todos os Destaques da FAEMG se referem à análise dos requisitos formais do Auto de
807 Infração que não foi disponibilizado. Isso já foi, se não me engano, na última reunião já
808 tinha também falado sobre esse tema, sobre esse problema. Então eu gostaria de sugerir, não



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

809 sei se é possível, nas próximas reuniões junto com o parecer e o recurso, fosse também
810 disponibilizado na internet a cópia do Auto de Infração. Fica mais fácil da gente analisar aí
811 os requisitos formais que foram observados durante a elaboração dele. Se for possível. **Yuri**
812 **Rafael de Oliveira - Presidente** – Eu acho que a secretaria pode sim disponibilizar isso,
813 salvo engano, no Norte de Minas a gente tem feito isso, a gente tem disponibilizado. Os
814 arquivos ficam maiores, mas a gente tem disponibilizado desde a defesa até o recurso e
815 todos os pareceres, para quem tiver todo o andamento do processo. **Thiago Diógenes -**
816 **SIAMIG** – Aí facilita o trabalho dos Conselheiros nesse momento. Obrigado. **Yuri Rafael**
817 **de Oliveira - Presidente** – Fica registrado aí, o Cleibson aí, o Rodrigo e o Ricardo, para
818 fazer, verificar essa possibilidade dessa disponibilidade. **Ricardo Almeida - FAEMG** –
819 Senhor Presidente. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Lembrando que nós temos essa
820 disponibilidade por meio físico, mas realmente facilita como o senhor falou, de ter isso
821 disponibilizado, no momento em que é disponibilizado os pareceres. Pois não, Conselheiro.
822 **Ricardo Almeida - FAEMG** – Senhor Presidente. Aproveitando a sugestão do colega
823 Conselheiro, eu acho que nós deveríamos trabalhar, o senhor como advogado, nós já temos
824 aí hoje o TJE, eu acho que nós deveríamos disponibilizar todo o processo, para que ele seja
825 consultado. Às vezes, o colega está lá em Arinos, por exemplo, de lá ele ter conhecimento de
826 todos os autos, de tudo que está dentro do processo. Porque realmente a gente chega aqui e
827 fica surpreso, não tem os elementos para conferir, acho que resolveria bem se nós
828 passássemos a ter todo o processado digitalizado. Eu acho que isso seria o correto, como é
829 no procedimento judicial eletrônico que se usa hoje na justiça no Estado de Minas Gerais.
830 **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Conselheiro, esse é o nosso sonho. Inclusive agora
831 a gente está fazendo os testes com a plataforma SEI, onde a gente está tentando formalizar
832 todo o processo dentro, ele sendo digital, acabando com o papel, e tem a previsão dentro de
833 06 meses entrar um processo realmente digital, em uma plataforma própria. Mas a gente já
834 está fazendo testes, dentro da plataforma SEI, com ele totalmente digitalizado. **Thiago**
835 **Diógenes - SIAMIG** – Senhor Presidente. A gente entende a dificuldade da própria
836 Secretaria de disponibilizar tantos documentos de um auto integral de infração para a gente
837 analisar, até porque o sistema ainda não é capaz disso, a gente não tem a semelhança do
838 processo eletrônico aqui na Secretaria de Meio Ambiente. Quem sabe isso no futuro venha a
839 ser factível, mas até lá, eu acredito que a disponibilização apenas do auto de infração já
840 resolve bastante dessas pendências. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Teremos, se
841 Deus quiser. Ok, tá registrado Conselheiro. A gente vai tentar junto com a secretaria
842 disponibilizar, creio que não tem dificuldade, porque outras superintendências já o fazem.
843 Senhores Conselheiros, então eu vou colocar os processos em votação, aqueles que não
844 houveram Destaque, que é o 6.10, eu não vou ler de novo, que é em relação ao Geraldo Félix
845 Ribeiro, o 6.14 do Paulo Sérgio de Souza, o 6.27 do Euvaldo Campos Teixeira, Fazenda
846 Garapa, 6.28 do Carlos Ferreira de Oliveira e o 6.30 da Cooperativa Agropecuária do Vale
847 do Paracatu. **Não se identificou** – 6.16? **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – 6.16
848 também em relação ao Valdemar José Zancanaro. Então senhores Conselheiros, aqueles que
849 estiverem de acordo com os pareceres da Superintendência, permaneçam como estão, os
850 contrários se manifestem. Aprovado. Passaremos para o item de Destaque do Conselheiro da
851 FIEMG, em relação ao item 6.26. Pois não, Conselheiro. **Domingos Santana - FIEMG** –
852 Em virtude da não reincidência a aplicação da infração, solicitar o valor mínimo da faixa da
853 multa, referente ao código do artigo 86, do anexo 3, do código 301, item 2 do decreto
854 44.844. Eu queria, talvez a SUPRAM colocar, que a área considerada, 55.63 hectares, no
855 entendimento, o valor calculado seria R\$25.033,50 e lá está colocado R\$ 41.592,00. Pelo
856 valor mínimo colocado no decreto, porque que... que valor é esse que não é os quatrocentos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

e cinquenta, que chegou a R\$ 41.592,00. Eu queria esse esclarecimento. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Por favor SUPRAM. **Gisele - Supram NOR** – Só esclarecendo a respeito do valor da multa do processo 4.26, não, 6.26. Ela foi corretamente aplicada, tendo em vista que o valor da multa em 2016 era o valor mínimo da faixa era R\$ 747,66. O valor mínimo, foi aplicado esse valor mínimo, conforme a supressão de hectares. Por arredondamento, que é por fração na realidade, seriam 56 hectares, porque de acordo com o processo, de acordo com O Auto de Infração, foram 55.63 hectares, então, por arredondamento seriam 56. Só que vale destacar que o agente autuante não fez o arredondamento, então se a gente calcular R\$ 747,66 que era o valor da multa no ano de 2016, daria o valor de R\$ 41.868,46 em razão só dos 55 hectares, sem calcular o arredondamento de 56. Então assim, só para esclarecer que o valor de R\$ 450,00 que foi informado pelo Conselheiro, que está previsto na publicação original do decreto, que é de 2008, porque essa infração ainda foi pelo decreto antigo, 44.484, aquela publicação lá ainda não tinha as atualizações que são realizadas anualmente por meio de resolução. Então o valor da infração é calculado conforme UFEMG, anual, por meio de resolução esse valor é liberado anualmente pelo Estado. Então, só para ficar mais claro, o valor correto do auto de infração seria R\$ 41.868,96, o que daria até a mais do que o agente autuante colocou aí no Auto de Infração lavrado. **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Apesar de estar aí impedido nesse processo, seria interessante que no parecer constasse a resolução que atualizou o valor dessa multa, porque no decreto que é disponibilizado na internet, que inclusive é atualizado, se a gente verificar a versão que está disponibilizada, ele vem riscado com as atualizações, não fala nada dessas atualizações. Então assim, por se tratar apenas de um erro material, já que foi julgado no mínimo legal, é só o valor de correção de multa, seria interessante já constar no parecer também a resolução que alterou o valor do decreto original, ou então quando da emissão da DAE para pagamento dessa multa, que venha discriminado lá as alterações por meio desse ato administrativo, para a gente poder calcular o valor real que foi aplicado, se estava certo ou não. **Domingos Santana - FIEMG** – Repete o número da resolução por favor. **Gisele - Supram NOR** – A resolução eu não tenho o número dela aqui agora. **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Até porque, eu tenho aqui o número de uma resolução que foi a única que eu encontrei na internet, que a de número 2349 de 29 de janeiro de 2016, que de fato aplica uma atualização de 10,57%, o que elevaria a multa de R\$ 450,00 até R\$ 497,00. Então por esse cálculo que foi a única resolução que eu encontrei, se não houver outra, essa é a válida, o valor total seria de R\$ 27.000,00 e não de R\$ 41.000,00. Assim, não encontrei outra, se tiver, claro, vocês vão acrescentar ao parecer e a DAE quando for emitida, se for o caso. **Domingos Santana - FIEMG** – Mas essa resolução... Essa que você colocou os 10% acima dos R\$ 450,00, ela é de que data? **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Ela é de 29 de janeiro de 2016. Então para mim assim, esse... **Domingos Santana - FIEMG** – Pois é doutor. E essa outra aí você falou que é o valor de setecentos e tantos reais por hectares... **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Essa aí foi no mesmo ano, não é? Não, essa quem disse foi a representante da Secretaria, ela disse o valor, mas não nos comprovou com o número da resolução que alterou para esse valor para esse ano. Então assim, a gente tem uma fala dela, sem o número da resolução que atualizou o valor da multa. O que eu tenho é esse de 10,57, a resolução 23.419. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Conselheiro, o senhor... Estou deixando o senhor falar, vamos deixar aqui que o senhor está quase contestando aqui. **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Eu não estou me posicionando, eu não estou votando tá? **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Quando ela tem até o entendimento Conselheiro, e aí, não sei se os outros colegas entendem, quando fala impedimento a suspensão, se o senhor pegar o Regimento Interno, o Conselheiro ele se manifesta por palavra e por voto. Então



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

905 quando a pessoa está impedida ou suspeita, você está impedido em relação voto e palavra.
906 Isso é o entendimento meu, mas eu acho que as colocações do senhor estão sendo
907 pertinentes, inclusive em colocar esses dados, então tudo bem. **Thiago Diógenes - SIAMIG**
908 – Senhor Presidente, só ressaltando. Tudo o que eu falei, às vezes, se trata apenas de erro
909 material, não estou jogando o mérito da aplicação da multa, nem nada. Então por isso que eu
910 me senti a vontade para poder falar, não estou entrando ao mérito do julgamento. **Yuri**
911 **Rafael de Oliveira - Presidente** – Sim, é por isso que eu também estou permitindo,
912 Conselheiro. **Domingos Santana - FIEMG** – De qualquer maneira, a colocação da SIAMIG
913 com a FIEMG, tinha sido colocado juntos, eu realmente (trecho incompreensível) **Yuri**
914 **Rafael de Oliveira - Presidente** – Conselheiro, ela já tem o número aqui. **Gisele - Supram**
915 **NOR** – Só a título informativo, como foi solicitado pelo Conselheiro da FIEMG, o número
916 da resolução é a resolução da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, número
917 4.841 de 2015. Só esclarecendo que a resolução sai no final do ano, para a vigência no ano
918 de 2016. É esse número, ok. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ela sempre sai ali em
919 dezembro, no finalzinho de dezembro, lá para 15 de dezembro, (trecho incompreensível).
920 **Thiago Diógenes - SIAMIG** – Presidente, também só a título de ilustração, essa que eu
921 disse que aumentou em 10%, que a 2349, ela se baseia nessa 4841 de 2015, inclusive tem
922 citação expressa dela nessa última que atualizou em 10%. Isso é erro material, a gente pode
923 tratar depois. **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Ok. Até mesmo por princípio, por
924 provocação, por auto tutela o Estado pode fazer essas correções, não tem problema algum.
925 Conselheiro da FIEMG, o senhor está satisfeito, podemos colocar em votação? Senhores
926 Conselheiros, então coloco em votação, conforme o parecer da Superintendência o processo
927 6.26, Maria Virgínia Prata Rodrigues Borges Della Libera/Fazenda Tamboril - Desmatar
928 vegetação de espécie nativa, em área comum sem licença ou autorização - João Pinheiro/MG
929 - PA/Nº CAP 450419/2016 - AI/Nº 23968/2016. Os senhores Conselheiros que estiverem de
930 acordo permaneçam como estão, os contrários se manifestem, ressaltando já a abstenção do
931 Conselheiro Thiago. Aprovado conforme parecer da Superintendência. **7. Encerramento.**
932 **Yuri Rafael de Oliveira - Presidente** – Senhores Conselheiros, dou por encerrada a nossa
933 reunião, agradeço a presença de todos e que Deus nos abençoe.